

A HISTÓRIA E O POLÍTICO NA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A LINGUÍSTICA: UM EXEMPLO DO FUNDO DOCUMENTAL NEUSA CARSON

THE HISTORY AND THE POLICY IN THE SCIENTIFIC LITERATURE ON LINGUISTICS: AN EXAMPLE OF THE DOCUMENTAL FUND NEUSA CARSON

Verli Petri (UFSM)¹

Amanda Eloina Scherer (UFSM)²

Resumo: O presente artigo apresenta uma parte dos resultados da pesquisa sobre a história disciplinar dos estudos da linguagem na região sul do Brasil levando em conta o que temos realizado enquanto uma política de memória a partir da criação de fundos documentais. Tomaremos como objeto de análise alguns elementos que compõem o Fundo Documental Neusa Carson. Tal fundo é constituído do acervo pessoal e acadêmico da referida pesquisadora que foi professora da UFSM nos anos 1970 e 1980. Nosso objetivo é, por um lado, explicitar um pouco da história que faz do Fundo Documental o que ele é; e, por outro lado, explorar preliminarmente elementos que constituem o Fundo Documental Neusa Carson, em caráter mais específico. É de uma perspectiva discursiva que propomos a exploração de tal fundo, visando a fomentar uma cultura de pesquisa alicerçada na prática teórica e analítica do lugar de memória.

Palavras-chave: linguística; memória; história; sujeito; Neusa Carson.

Abstract: This paper presents part of the research results on the disciplinary history of language studies in southern Brazil taking into account what we have been accomplishing as a policy memory from the creation of documental funds. We will take as the object of analysis some elements that comprise the Documental Fund Neusa Carson. This fund consists of a personal and academic collection of Neusa Carson, who taught at UFSM in the 1970s and 1980s. On the one hand, we aim to explain part of the history that constitutes the Documental Fund, and, on the other hand, to preliminarily explore the elements that constitute the Documental Fund Neusa Carson more specifically. We propose this from a discursive perspective, aiming at fostering a research culture grounded on analytical and theoretical practice of the place of memory, institutionalizing a policy for creating documental funds.

Keywords: linguistics; memory; history; subject; Neusa Carson.

Razões políticas para uma política de memória

Desde que começamos a desenvolver o projeto de pesquisa *Linguística no sul: estudo das ideias e organização da memória*, estamos reunindo uma série de documentos importantes que vão, aos poucos, constituindo um arquivo considerável e de valor inestimável. Tais documentos têm nos auxiliado a

¹ Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas; Coordenadora Acadêmico-Científica do Laboratório Corpus/PPGL. E-mail: verli.petri72@gmail.com

² Professor Associado do Departamento de Letras Clássicas e Linguística; Coordenadora Geral do Laboratório Corpus/PPGL. E-mail: amanda.scherer@gmail.com

construir um traçado nunca retilíneo, do nosso ponto de vista teórico, de uma história dos estudos linguísticos, fornecendo-nos também objetos de pesquisa para que novas teses e novas dissertações possam ser escritas e defendidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Letras na Universidade Federal de Santa Maria. O projeto, que está em sua segunda etapa de desenvolvimento³, fez ainda com que idealizássemos, a partir do que já constituímos como arquivo, uma política de criação de fundos documentais com base no material disponível, composto em grande parte por documentos pessoais dos pesquisadores, doados a nós por seus familiares. Hoje, a política de fundos documentais tem ajudado a construir a institucionalização dos estudos da linguagem no ensino superior na região Sul e sua visibilidade já nos projeta para fora dos muros da universidade, proporcionando mais aquisições de documentos pessoais e fomentando a formulação e a constituição da história disciplinar da Linguística e dos estudos da linguagem, em geral, construídos na relação história pessoal *versus* história cultural na origem do fazer acadêmico.

Ao colocarmos em prática a política de fundos documentais, foi preciso que, junto ao grupo de pesquisadores envolvidos no projeto, pudéssemos incorporar mais profissionais capacitados a nos auxiliar na reflexão sobre tal política, para que conseguíssemos transformar tais documentos em objetos de pesquisa e, de certa maneira, institucionalizá-los. Os profissionais aos quais fazemos referência são, especialmente, os nossos colegas da área de Arquivologia, sobretudo aqueles que são especialistas em **Arranjo e Descrição**⁴, domínio específico para o qual estamos projetando, e que se constitui, segundo Tessitore (2003, p. 29-30), em “uma sequência de operações que, de acordo com as diferentes estruturas, funções e atividades da entidade produtora, visam à distribuição em classes dos documentos de um arquivo”.

Para tais operações, estamos trabalhando em atividades de seleção e de busca que consistem, resumidamente, nas seguintes etapas: a) estudo da vida pessoal e institucional do pesquisador em questão ou da estrutura e funções dos objetos produtores do fundo; b) higienização dos documentos, processo que passa da retirada de poeira à necessidade de intervenção via processos químicos de desinfecção e desinfestação; c) elaboração de um quadro de arranjo para cada fundo; d) arranjo dos documentos em grupos e subgrupos, de acordo com o quadro e os objetivos estabelecidos; e)

³ Uma parte da primeira fase do projeto está publicada em Scherer (2005). Para esta segunda etapa, estamos contando com a participação de três bolsistas em estágio de Pós-Doutorado, sendo duas vinculadas ao Edital CAPES-PNPD e uma vinculada ao Edital DOCFIX/FAPERGS/CAPES, além do Projeto Pesquisador Gaúcho/FAPERGS.

⁴ Nosso agradecimento especial à Rosani Pivetta da Silva, professora do Departamento de Documentação da UFSM, e à sua orientanda e hoje arquivista, Carla Saldanha, integrante do FDNC.

identificação e ordenação de séries documentais dentro de cada grupo e/ou subgrupo; f) estabelecimento e aplicação de códigos de localização no acervo; e, por último, g) acondicionamento e armazenamento dos documentos organizados, com vistas à viabilização de consultas futuras.

Outro elemento imprescindível, além da sua organização, é a descrição dos referidos documentos. A noção de descrição é definida por Tessitore (2003, p. 29-30) como “um conjunto de procedimentos que, levando em conta os elementos formais e de conteúdo do documento, possibilitam a elaboração de instrumentos de pesquisa”, ou seja, tal descrição viabilizará consultas futuras aos fundos documentais. É imprescindível que tenhamos instrumentos de busca, pois é a partir deles que se terá acesso a todos os elementos da documentação, seja pela forma arquivística “tradicional”, seja, especialmente, à luz das novas possibilidades de circulação de acervos, disponibilizados pelos recursos da era digital, tornando-se de fácil acesso para a comunidade acadêmica em geral.

Sabemos que a criação de uma política de fundos documentais passa pelo processo de institucionalização, mas também sabemos que, mesmo permanecendo no interior de uma instituição, o fundo pertencerá a todos e a ninguém ao mesmo tempo, porque, embora esteja alocado em um espaço físico determinado, ele estará aberta a pesquisadores do mundo inteiro, dessa geração e de tantas outras que virão. Isso nos leva a sustentar, junto a Guilhaumou, que:

[...] l'archive n'est pas simplement l'ensemble des textes qu'une société a laissés. Matériel brut désormais exploré conjointement par l'historien classique et l'historien du discours, mais à partir duquel l'historien du discours ne privilégie pas la recherche de structures sociales cachées, elle est alors principalement un dispositif non réglé *a priori* d'énoncés qui constituent des figures, des objets et des concepts distincts. Ainsi chaque dispositif d'archive établit sa propre mise en oeuvre (2006, p. 21).

De fato, compreendemos que o desenvolvimento das pesquisas, no tempo presente, promove o avanço da ciência para um tempo futuro, mas compreendemos também que as pesquisas de hoje podem e devem nos levar a entender melhor o passado. É preciso buscar, nos meandros dos processos de construção do conhecimento, o “como” se fazia pesquisa científica em momentos sócio-históricos tão adversos, pois isso nos fornecerá subsídios para seguir em nossa árdua tarefa de pesquisadores da área de Ciências Humanas, em nossa área de Letras e Linguística, sempre com tão poucos recursos e com quase nenhuma certeza. Nisso também reside a importância da criação e institucionalização de uma política de fundos documentais.

Ao nos determos especificamente no Fundo Documental Neusa Martins Carson, em fase bastante adiantada de Arranjo e Descrição, vamos nos deparar com documentos de toda a ordem: manuscritos de conferências,

manuscritos e editoração final de artigos publicados, rascunho de apresentações em congresso, cartas pessoais e ou profissionais, fotos, *slides* de apresentação para congressos, mapas demarcando territórios de estudos, diários de viagens, etc. Esses documentos constituem um domínio de saber importante e vêm contribuir para que possamos dar conta da demanda de nossos objetivos. No caso da linguísta Neusa Carson e do Fundo Documental de mesmo nome, estudados especialmente nesta reflexão, é preciso que se diga que se trata, sim, de uma santa-mariense sul-rio-grandense, para situá-la num espaço bem local; mas é preciso dizer, também, que Neusa Carson é, por excelência, uma brasileira, norte-americana, de reconhecimento internacional. São os documentos que fazem viva a história pessoal e profissional da pesquisadora. Ao constituírem o seu Fundo Documental e ao estarem reunidos dessa maneira, eles multiplicam as possibilidades de pesquisas, quer sejam elas: linguísticas e/ou antropológicas, fonéticas e/ou fonológicas, ou ainda por estudos contrastivos.

Para nós, tal documentação é importante, sobretudo, do ponto de vista da História das Ideias Linguísticas, a partir de uma perspectiva discursiva e ou enunciativa. Nosso entusiasmo é muito grande, nossos planos de pesquisa se ramificam em diferentes direções, tentando dar conta da riqueza que se descortina diante de nossos olhos, mas estamos, mais ou menos, conscientes de que as inúmeras possibilidades estão em um tempo e em um espaço sem limites definidos. Isso porque, na verdade, o que vai delimitar a escolha do objeto em um Fundo Documental tem a ver com a questão teórica e analítica de cada pesquisado e, portanto, o desejo de cada sujeito em acessá-lo para um determinado fim é que encaminhará, provavelmente, não mais ao que tivemos no início, quando da criação do mesmo, mas a outras questões ainda impensadas. Enfim, o que se fará desse acervo no futuro é da ordem do inimaginável.

Entendemos que a criação de uma política de fundos documentais tem o comprometimento com a metáfora, o que em Michel Pêcheux (1995) aparece como processo de constituição de sentidos no qual há possibilidade de substituição de uma palavra, uma expressão ou uma proposição por outra. Consequentemente, podemos pensar sobre a possibilidade de engendramento de sentidos outros para documentos que, por muito tempo, estiveram guardados e/ou esquecidos, pois os esboços, rascunhos, interrogações dos pesquisadores em questão - que constituem cada um dos fundos documentais - ou seja, seus planos de estudo, desenhos, manuscritos, estes esperam reinvenções e, certamente, elas virão, seja para comprovar ou para negar suas hipóteses; seja para responder aos seus questionamentos; seja para propor outras questões a partir do que o pesquisador se propunha a fazer.

De fato, nós que trabalhamos em prol de uma política de constituição da história disciplinar contemporânea e assentada em uma política de Fundo

Documental, vemos que, com base nos estudos propostos por Fenoglio⁵ (2012a; 2012b; 2013, entre outros trabalhos), no ITEM (*Institut de Textes et Manuscrits Modernes* – Paris/França), a produção de um pesquisador não pode estar reduzida somente ao resultado final, ao produto que encontramos “pronto” em um artigo científico ou em um capítulo de livro que tal sujeito produziu e publicou. Hoje, entendemos a importância de se refletir, também, sobre a discursividade própria do pesquisador quando da produção de conhecimento e observamos o quanto é interessante levar em conta tal processo em si, ou seja, o ir e vir nesse trabalho, a sua “ruminação”⁶ teórica. O próprio levantamento de questões, em um momento inicial, por exemplo, quando na elaboração de um artigo científico, ao estar disponibilizado em um Fundo Documental, não passará impunemente diante dos olhos de um pesquisador atento.

Para nós, tal política vem ao encontro do que temos procurado levar adiante nos últimos tempos, no tocante à pesquisa no campo teórico da História das Ideias Linguísticas, ou seja, não podemos pensar na história do conhecimento sem avaliar que somos parte integrante de uma memória e de uma história disciplinar em nossa formação de pesquisador. É impossível não repensar o sentido de memória, e nisso passamos a considerá-la não apenas do ponto de vista do arquivo, como uma série de documentos à nossa disposição, mas também do ponto de vista discursivo, enquanto documento pertinente (PÊCHEUX, 1994) a uma dada questão, a uma dada interpretação. Sabemos que não há projeto que abarque o que seria da ordem do impensável quando no vazio do dia a dia administrativo em nossa universidade, pois, a nosso ver, a política de memória é quase deixada de lado nas instâncias acadêmicas brasileiras.

Essa é uma luta que abraçamos, pautadas pelas premissas do materialismo histórico (no qual a produção científica não está alheia ao funcionamento ideológico) em suas relações com a noção de sujeito da Psicanálise (dotado de inconsciente) e em modos de interrogação da Linguística no interior dela mesma (tomando a língua em relação à historicidade que lhe é constitutiva). Dessa perspectiva, um estudioso da linguagem é um sujeito engajado numa prática social da qual ele não se desvencilha nem dentro nem fora da Universidade.

⁵ Aqui, fazemos especial referência ao Fundo Documental Émile Benveniste que, nas palavras de Fenoglio, deverá funcionar como um fundo “polinizador” para que se multipliquem os fundos documentais em todo o mundo.

⁶ Ao utilizarmos este termo estamos nos reportando ao sentido que lhe empresta Fenoglio (2013), quando a autora discute a importância dos rascunhos e das notas que constituem o Fundo Documental de Émile Benveniste, estudado por ela. Segundo Fenoglio (Ibid.), “no rascunho, ele formula, ele teoriza. Dito de outro modo, nas notas, ele pensa e ruma para circunscrever seu objeto e encontrar a expressão de seus conceitos; no rascunho, ele está na escritura teórica expondo seu objeto para os outros linguistas e teóricos da linguagem”.

Por outro lado, pensar em uma política de criação e institucionalização de Fundo Documental nos conduz a refletir sobre as noções de história e de memória, observando o que suporta a força do tempo e o que sucumbe a ele, explicitando o que se pode e deve preservar e o que escapa, já que não há um controle absoluto em nenhuma instância. Para sermos sucintas no que diz respeito a essas duas noções, reportamo-nos a Pierre Nora (1985, p. 13) que, ao discutir as noções de história e memória, explicita a importância dos arquivos enquanto “lugares de memória”, pois “não há memória espontânea” e “é preciso criar arquivos”, retirando os documentos de um lugar que pareceria natural, muito embora não haja nada de naturalidade nisso. Trata-se, de outro modo, de artefatos produzidos pelo homem para que se possa ter acesso a eles em outros momentos histórico-sociais. Neste artigo, portanto, não vamos entrar na discussão que o autor propõe sobre história e memória, qual delas seria ou não uma prática social, pois, de nossa perspectiva, importa refletir sobre:

[...] a prática científica [que] é uma prática social (PÊCHEUX, 1995) como qualquer outra, com suas relações de força, seus monopólios, suas lutas internas e externas, seus interesses, onde todas elas vão intervir de uma maneira ou de outra. A prática científica é por natureza um lugar e um espaço de lutas políticas. (SCHERER et al., 2013, no prelo).

Ao termos acesso aos documentos do acervo do Fundo Documental Neusa Carson, por exemplo, nos artigos produzidos pela pesquisadora, deparamo-nos com essa luta que é intrínseca ao fazer científico, sobretudo em um momento sócio-histórico em que as condições de produção eram muito desfavoráveis científica, social e economicamente. Se levarmos em conta apenas o dado do deslocamento físico do pesquisador que intervinha *in loco*, nos anos 1970 e 1980, sabemos que a dificuldade era enorme do ponto de vista da locomoção, por exemplo. De Santa Maria (RS) até Boa Vista (RR), o caminho a ser percorrido era difícil e complicado, e pensar em trabalhar com comunidades indígenas, no caso, com a dos macuxi, não foi tarefa simples para a pesquisadora. Como sabemos, as viagens de Neusa Carson eram frequentes e longas. Assim como ele viajava de sul a norte no Brasil, ela viajava com certa frequência aos Estados Unidos e não se furtava às viagens para apresentação de trabalhos em congressos internacionais em países europeus, por exemplo.

A partir dessa breve apresentação sobre a importância da política de criação e institucionalização de fundos documentais, diante do que destacamos o que temos feito quanto ao Fundo Documental Neusa Carson, propomo-nos retomar elementos históricos que fazem desse fundo o que ele é, bem como elegemos um elemento do interior do mesmo para exemplificar os modos como a pesquisadora toma posição diante da pesquisa científica, fazendo disso uma prática social da maior relevância.

Razões históricas e de formação: a instituição de trabalho de Neusa Carson

A formação em Letras, nos anos 1970, em Santa Maria, não tinha a mesma configuração que tem nos dias de hoje. O Curso também não estava no mesmo prédio. As dificuldades eram de ordem física/empírica e de ordem simbólica/científica. Vivíamos entre duas épocas diferentes. Antes da grande reforma do ensino superior e a reforma propriamente dita. No tocante às dificuldades de instalação, nesse período fazíamos parte do Centro de Estudos Básicos pela federalização de nossa área, até então integrante da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Imaculada Conceição, mantida pela Sociedade Literária e Caritativa São Francisco de Assis, das Irmãs Franciscanas, agregada à UFSM. Tal instalação havia acontecido em março de 1965, resultando na criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. As disciplinas tinham oferta anual e eram normalmente ministradas pelo mesmo professor. Os departamentos didáticos, em nossa área, também não estavam ainda organizados como acontece na atualidade.

Além disso, ocorreram mudanças e reformas. A Lei da Reforma Universitária (Lei n. 5540/68) tinha sido aprovada há pouco. Ela criava, entre outras implantações, os departamentos, o sistema de créditos, a semestralidade, o vestibular classificatório, os cursos de curta duração, o famoso ciclo básico e, do mesmo modo, condições para o desenvolvimento tanto da pós-graduação quanto das atividades científicas no país.

Mas também estávamos imersos em reformas curriculares e mudança de prédio. Reformas curriculares, com a obrigatoriedade, recente à época, da disciplina de Linguística, por meio da implantação do Currículo Mínimo de Letras, decretado pelo então Conselho Federal de Educação, em 1962. Mudança de prédio, em 1969, porque saímos da Rua dos Andradas, no centro da cidade, para o prédio ainda inacabado no Curso de Veterinária (hoje prédio do Centro de Ciências Rurais), ainda em construção na época e com tudo que enceta como dificuldades: locomoção, instalação precária, além da falta de aquecimento no inverno e do excessivo calor no verão.

No tocante às dificuldades de formação científica, é preciso que se diga que eram raros os professores com titulação de doutorado, até porque a formação em pós-graduação começava gradualmente a entrar nos costumes acadêmicos de nossa área. Tratava-se de um período de rearranjo simbólico acerca do que seria “fazer a universidade acontecer”, quando ainda pouco se ouvia falar de pesquisa. Poucos eram os professores que manifestavam vontade e interesses que pudessem ir nessa direção. E muito se ouvia falar que a escola ia muito mal, que os professores eram mal formados e que grande

parte dos seus alunos não sabia ou pouco se interessava pela leitura e pela escrita.

No primeiro ano em curso, àquela época, muito nos ensinavam sobre a Literatura, principalmente a Literatura Portuguesa, a partir dos grandes clássicos. A professora de então se chamava Maria Luiza Ritzel, logo em seguida, Remédios. As disciplinas referentes à Língua Portuguesa eram prioridade e eram ministradas por figuras ímpares - e aqui citamos apenas um exemplo: a professora Gladys Therezinha Haubold, atuante até os dias de hoje junto à COPERVES. Quando a Linguística se fez presente, duas figuras foram fundamentais e sustentaram, por um longo período, todo o curso nas suas áreas de abrangência: Francês e Inglês, criados em 1961, e Português, criado em 1975. Eram as professoras Irmã Beatriz e Neusa Carson. Cada uma, à sua maneira, traziam-nos questões que ultrapassavam o meramente repetitivo da norma pela norma, em seu uso habitual na formação de professores. As questões principais estavam centradas nos estudos sobre: a) o modo científico de descrição das línguas; b) os problemas de aquisição linguística; c) os teóricos fundadores da Linguística, como Saussure, Martinet e Jakobson; d) o gerativismo linguístico e o grande começo da maquinaria linguística; e) a relação da Linguística com as outras ciências, principalmente com Antropologia, a Psicologia e a Sociologia; e f) a importância do bilinguismo e dos estudos das línguas indígenas. Eram aulas densas e cheias de informações teóricas que nos distanciavam, num certo ponto, daquela realidade que muitos diziam ser a das licenciaturas.

À época também teve início uma cultura de pós-graduação *lato sensu*, na UFSM, em nossa área, com a criação dos primeiros Cursos de Especialização em Língua Portuguesa (1978, o primeiro deles), cursos ministrados pelos primeiros professores com mestrado, cujas titulações se davam, em sua maioria, na PUC (RS) ou então no exterior. As duas professoras de Linguística a que fazemos referência haviam realizado sua formação em pesquisa nos Estados Unidos e as duas tinham formação em Letras com base em língua inglesa.

Das aulas de Linguística, das duas referidas professoras, ficou, para seus alunos, a interpelação aos estudos que tivessem um cunho científico com sustentação teórica e analítica bem pontuada, ressaltando-se o quanto o investimento em estudar a língua na sua descrição e na sua relação com outras ciências era importante e o quanto se interessar pela língua era tarefa do linguista, de um linguista engajado no seu meio, um linguista conhecedor de várias línguas, além da sua. A leitura, nessa época, do artigo “Tarefas da Linguística no Brasil”, de 1966, do Prof. Aryon Dall’Igna Rodrigues, foi determinante também para constituirmos um lugar discursivo e enunciativo da nossa importância, bem como para refletirmos sobre os estudos das línguas brasileiras de comunidades indígenas. Museu Nacional na UFRJ, FUNAI, Ford

Foundation, financiadora na implantação dos laboratórios de línguas, SIL (*Summer Institut of Linguistics*) e o CMI (Conselho Indigenista Missionário) não passaram despercebidos enquanto constitutivos de uma política científica, de formação, de ordem legal e de financiamento. É nesse contexto, brevemente delineado, que se situavam as pesquisas de Neusa Carson.

Razões e proposta de um recorte analítico

Para encaminharmos nossa reflexão para o final, tomamos como exemplo o artigo intitulado *Recentes desenvolvimentos em Macuxi (Caribe)*, publicado em 1983⁷ no periódico científico do Instituto de Estudos da Linguagem, do Departamento de Linguística da UNICAMP, intitulado **Cadernos de Estudos Linguísticos**⁸, número 4, organizado sob a temática “Linguística Indígena e Responsabilidade Social”. O número estava sob a responsabilidade do GELPI (Grupo de Estudos de Pragmática das Línguas Indígenas), que trouxe, para a publicação, textos apresentados nas sessões linguísticas da XIII Reunião Brasileira de Antropologia, ocorrida em São Paulo, no ano de 1982. Tal espaço de exposição da descrição linguística no interior de um evento próprio à área de Antropologia é mencionado por Leite (2004, p. 20) como algo bem específico da época. Ressalte-se que essa explicitação está presente em texto produzido pela autora em homenagem à Mattoso Câmara Jr. - considerado o fundador da Linguística no Brasil – e no qual se discute as relações entre Antropologia e Linguística, conforme segue:

[...] o mister do antropólogo, ao estudar uma sociedade, é depreender as categorias internalizadas pelos membros dessa comunidade e chegar à visão de mundo que compartilham. O ofício do antropólogo é captar e traduzir como pensa e sente a comunidade que investiga. Se na língua estão cristalizadas as categorias básicas do pensamento, seu entendimento é indispensável para a verificação das hipóteses analíticas apresentadas (LEITE, 2004, p. 22).

Essas reflexões de Yonne Leite nos levam a compreender melhor como se efetivou a história da Linguística (como uma sessão ou GT) no interior da Antropologia e como isso retorna para constituir publicação em um periódico científico da área de Estudos Linguísticos.

⁷ Disponível no Fundo Documental Neusa Carson.

⁸ O referido periódico, criado na década de 1980, é um dos mais importantes da área de Linguística no Brasil, sendo avaliado pelo Sistema *Webqualis* Capes como A1. Em 2013, será publicado o número 55. O número 4 pode ser conferido em: <http://www.icl.unicamp.br/revista/index.php/cel/issue/view/55/showToc>. Acesso em: 12 ago. 2013.

Para o organizador do número de **Cadernos de Estudos Linguísticos**, que estamos investigando, Marcio Silva⁹, os trabalhos ali publicados podem refletir “aspectos conjunturais de uma política indigenista”, bem como traduzem um debate “não apenas atual, mas considerado cada vez mais necessário no âmbito de uma Linguística Indígena Brasileira” (1983, p. 6).

Há, de fato, uma imbricação entre Antropologia e Linguística que explicita o interesse dos sujeitos pesquisadores pelo estudo da sociedade e o interesse pelo estudo das línguas, nesse caso, pelas línguas indígenas. Em se tratando de Neusa Carson, que teve forte influência norte-americana, tendo como mestres, no Brasil, Mattoso Câmara Jr., com quem se correspondia, e Aryon Dall’Igna Rodrigues, com quem manteve uma relação de pesquisa muito amistosa, podemos inferir que a pesquisa com a língua Macuxi, de Roraima, por ela desenvolvida, trouxe importantes contribuições para a Linguística e para os estudos antropológicos¹⁰. Não há espaço aqui para tratarmos, por exemplo, dos Diários de Campo da referida pesquisadora, um material muito rico, que descreve e relata as visitas às comunidades indígenas, mesmo assim estamos projetando um estudo mais aguçado sobre esse material para um futuro bem próximo.

É fundamental que levemos em conta as relações de Neusa Carson com grandes pesquisadores contemporâneos a ela, como é o caso de Mattoso Câmara Jr., relações essas a partir das quais se realiza um estudo descritivo das línguas que leva em conta o sujeito falante, sua comunidade e a produção de sentidos¹¹. De acordo com Guimarães (2007), o movimento científico e disciplinar que segue aquele em que está inscrito Mattoso Câmara Jr. vai nos permitir ver, entre outros fatos, a constituição da semântica - como um domínio de saber disciplinar bem específico - dialogando com outros campos nos estudos da linguagem no Brasil e, ao mesmo tempo, estabelecendo questões importantes para a história do campo linguístico brasileiro. Para Guimarães (2007), os anos 1970 servem de momento fundacional em um movimento de ideias que, segundo o autor, poderia ser dividida em onze grupos representativos que darão sustentação para a Linguística que temos na atualidade. Entre os onze grupos, Guimarães cita os trabalhos sobre as línguas indígenas realizado em território brasileiro. Segundo ele, tal grupo é importante de ser pensado em razão do espaço de enunciação brasileiro, porque os estudos trazem no seu bojo uma questão importante e muito particular, que é a relação entre língua e cultura, no espaço específico das línguas. Ao se

⁹ Estudou línguas indígenas com Yonne de Freitas Leite, em 1978, no Setor Linguístico do Museu Nacional. Atualmente, é Livre-docente da área de Antropologia da USP.

¹⁰ Conforme destaca Ana Suelly Arruda Câmara Cabral, em texto publicado neste número da *Fragmentum*.

¹¹ Preocupação presente em outros artigos publicados no **Cadernos de Estudos Linguísticos**, número 4, dentre os quais destacamos o de Eni Puccinelli Orlandi (p. 122-136).

interessarem pelo espaço de enunciação brasileiro, os sujeitos estão pensando também o sujeito falante e fazendo avançar uma série de questões tão pouco exploradas até então.

Yonne Leite, no texto de apresentação de **Cadernos de Estudos Linguísticos**, número 4, ressaltou as limitações impostas aos linguistas que se dedicaram a estudar as línguas indígenas no Brasil, ressaltando que a escassez de recursos impossibilita até mesmo a reunião de pesquisadores para a discussão de problemas comuns e de soluções possíveis. É sob essas condições de produção que se situa a pesquisa empreendida por Neusa Carson, do interior da qual recortamos o artigo publicado sob o título *Recentes desenvolvimentos em Macuxi (Caribe)*, já citado anteriormente. A partir desse artigo, é possível explicitarmos alguns elementos que nos chamam especial atenção no desenvolvimento da reflexão da pesquisadora no tocante à concepção de história que permeia seu trabalho e no tocante ao funcionamento do político em sua tomada de posição enquanto sujeito pesquisador.

O início do artigo é marcado pela exposição de um ponto nevrálgico das pesquisas concernentes à língua Macuxi, frente ao qual a pesquisadora assume uma posição firme de quem vai para o embate para discutir questões ainda controversas. Eis as palavras de Neusa Carson: “O presente trabalho versa sobre algumas ideias sobre as quais nem todos os pesquisadores da língua Macuxi concordam” (p. 89). Após a explicitação da tese que ela defenderá no artigo, abre-se um novo subitem: “0. Introdução”, no qual vamos nos deparar com uma retomada histórica que contextualiza a língua Macuxi no Brasil e no mundo, mas que também faz ressoar a história da pesquisa e da pesquisadora, história essa em que observamos tomadas de posição do sujeito pesquisador, na primeira pessoa do singular, narrando sua própria experiência no interior do então Território Federal de Roraima, a partir de expressões tais como “Meu primeiro contato com o grupo foi...” ou ainda “contei com o auxílio de um informante indígena que veio estudar em Santa Maria...”.

Na sequência, defrontamo-nos com uma ilustração cartográfica que representa o espaço físico, geográfico e também simbólico de abrangência dos falantes da língua Macuxi: trata-se de um território pertencente ao Brasil, mas que ainda não está legitimado como Estado da federação, e, de fato, os mapas, que estão sendo apresentados estabelecem relações mais estreitas com o restante da América do Sul do que com o Brasil enquanto país que abriga tal comunidade indígena.

Em nossa leitura, a narratividade que precede as questões teórico-analíticas, bem como a presença dos referidos mapas tão significativamente recortados nos conduzem a refletir sobre a importância que a pesquisadora dava à história que sua pesquisa estava dando a conhecer, uma história do Brasil pela língua indígena, uma língua com legitimidade para ser chamada de brasileira, mas que está, contraditoriamente, num espaço ainda em litígio,

como um território que somente mais tarde passará a ter o estatuto de Estado da federação brasileira. É interessante observar que os subitens que se seguem e que tratam de questões mais teóricas que dizem respeito ao sistema linguístico, ao acento, à morfologia e à sintaxe, trazem os verbos na impessoalidade que o discurso científico exigia até então.

É somente na conclusão que a tomada de posição da pesquisadora volta a emergir no discurso, em formulações como “devo tornar claro que...” ou “sugiro que...”, sinalizando, mais uma vez, sua preocupação com a história da língua Macuxi e de seus falantes, pois é na conclusão que aparece o desejo de que algo seja feito de fato pela urgente descrição das línguas caribe.

Todas as reflexões que empreendemos até aqui nos dão a certeza da urgência da implementação, também, de uma política de fundos documentais que seja institucional, bem como nos certificam da importância dos trabalhos de Neusa Carson para a História das Ideias Linguísticas, para a história da Linguística no sul do Brasil e para além dele. Para nós, Neusa Carson foi uma pesquisadora de vanguarda e compreendeu, como poucos, que pesquisar línguas é estar engajado socialmente, é tomar uma posição diante dos resultados encontrados, é não esmorecer diante de condições tão adversas à época.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n. 5.540, de 28 de novembro de 1968.** Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 28 nov. 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15540.htm>. Acesso em: 27 set. 2013.

CADERNO de estudos linguísticos. Linguística Indígena e Responsabilidade Social. Campinas, SP: UNICAMP/IEL/Departamento de Linguística, jun. 1983.

FENOGLIO, Irène. Génèse du geste linguistique: une complexité heuristique. In: **Genesis**, n. 35, 2012a.

_____. Présentation: les manuscrits de travail des linguistes: un nouveau champ d'investigation génétique. In: **Genesis**, n. 35, 2012b.

_____. Manuscritos de linguistas e genética textual: Quais os desafios para as ciências da linguagem? Exemplo através dos "papiers" de Benveniste. Traduzido por Amanda Scherer et al. In: **Série Cogitare**, v. 11. Santa Maria, RS: UFSM, PPGL Editores, 2013.

GUIMARÃES, Eduardo. Sémantique et grammaire une histoire des études linguistiques au Brésil. In : **Un dialogue atlantique production des sciences du langage au Brésil.** Lyon: ENS Editions. 2007.

- GUILHAUMOU, Jacques. **Discours et événement. L'histoire langagière des concepts**. Presses Universitaires de Franche-Comté: Besançon, 2006.
- LEITE, Yonne. Joaquim Mattoso Câmara Jr.: um inovador. In: **D.E.L.T.A.**, 20: Especial, p. 9-31, 2004.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Traduzido por Yara Aun Kury. In: **Projeto História**: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP. São Paulo, SP, Brasil, p. 7-28, 1985.
- PÉCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). **Gestos de leitura**: Da História no Discurso. Traduzido por Bethania Mariani et al. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.
- _____. Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio. Traduzido por Eni Puccinelli Orlandi et al. 2. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.
- RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. Tarefas da lingüística no Brasil. In: **Estudos Lingüísticos** (Revista Brasileira de Lingüística Teórica e Aplicada), v. 1, n. 1, p. 4-15, 1966.
- SCHERER, Amanda. Lingüística no sul: estudo das idéias e organização da memória In: **Sentido e Memória**. CAPES/PROCAD, Pontes, 2005.
- SCHERER, Amanda; PETRI, Verli; MELLO, Simone; PAIM, Zélia. Arquivo, memória e acontecimento em uma política de Fundos Documentais. In: **Gragoatá**. Rio de Janeiro: Editora da UFF, 2013 (no prelo).
- TESSITORE, Viviane. **Como implantar Centros de Documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2003.